

As elites da Província do Piauí no processo de edificação da Independência 1822-1823.

Las élites de la Provincia de Piauí en el proceso de construcción de la Independencia 1822-1823.

Johny Santana de Araújo¹

Resumo: Quando as cortes em Lisboa propalaram o projeto de recolonização do Brasil, a reação contrária de D. Pedro que levou à Independência, reverberou com muita força no Piauí, cuja ideia de anexação da região para compor o projeto português de seu império colonial no Norte do Brasil era evidente. Nesse sentido, este artigo pretende narrar como as elites no Piauí se articularam contra Portugal e esse projeto.

Palavras-chave: Elite política, Piauí, Independência, Portugal

Resumen: Cuando las cortes de Lisboa anunciaron el proyecto de recolonización de Brasil, la reacción contraria de D. Pedro que condujo a la Independencia, repercutió con mucha fuerza en Piauí, cuya idea de anexión de la región para componer el proyecto portugués de su imperio colonial en el norte de Brasil era evidente. En ese sentido, este artículo pretende narrar cómo las élites de Piauí se articularon contra Portugal y este proyecto.

Palabras clave: Élite política, Piauí, Independencia, Portugal

Abstract: When the Lisbon Cortes announced the plan to recolonize Brazil, Dom Pedro's opposition—which led to Independence—had a powerful impact on Piauí, a region clearly targeted for annexation as part of the Portuguese colonial project in northern Brazil. This article aims to recount how the elites of Piauí organized themselves against Portugal and this project.

Keywords: Political elite, Piauí, Independence, Portugal

Projetos diferenciados entre rupturas e permanências

A narrativa sobre a participação da província do Piauí no processo de independência se inicia com um recuo que antecede aos momentos considerados capitais pelos historiadores e memorialistas piauienses, as três importantes datas comemorativas da independência, o 19 de outubro, o 24 de janeiro e o 13 de março, sendo esta última a data da batalha ocorrida às margens do riacho Jenipapo, próximo a vila de Campo Maior no Norte da Província do Piauí. Tais datas são profundamente simbólicas, mas até que os eventos relacionados a elas

¹ Professor de História da Universidade Federal do Piauí-UFPI, do Departamento de História DH, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil-PPGHB e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP; Socio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB; Investigador do Grupo de Investigação de História Militar do Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa-CH-ULisboa. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2008), Pós-doutorado em História pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP (2020). ORCID: 0000-0003-3082-1785. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6182725298799980>. Email: johny@ufpi.edu.br

acontecessem, é necessário compreender quais foram as ações dos atores políticos na região que impactariam decisivamente no fracasso do seu projeto português para salvaguardar o Norte do seu império colonial e que serviriam como elemento chave da reação antilusitano no Piauí.

As convulsões políticas fruto da Revolução Constitucional do Porto ocorrida em 1820, desencadearam relações e status político cada vez mais instáveis do Brasil em relação a Portugal. Deixando de ser uma colônia, com status igual a Portugal desde 1816, as reivindicações liberais do Porto convocaram pela primeira vez uma Assembleia Constituinte.

Isso gerou muitas propostas considerando todo o império. À medida que a situação política mudou em direção à independência do Brasil, o mesmo aconteceu com várias das novas propostas. Essas propostas variavam de anotações a recomendações até propostas parlamentares completas. As tensões geradas com os debates acabaram acelerando a ideia de um Brasil independente.

Após o retorno de d. João VI a Portugal, começaram a surgir rivalidades e dilatações patrióticas, em grande medida por causa das condições facilitadas com um ambiente social propício a reivindicações políticas. Em Lisboa, as cortes, por recearem que o príncipe regente começava a empenhar a sua solidariedade às aspirações libertárias do povo brasileiro, começaram a tomar medidas mais hostis à sua política. As cortes tentaram desprestigiá-lo, fazendo com que as províncias estivessem sujeitas diretamente à Portugal, ao tempo em que cortavam-lhe suas atribuições para atuar como regente.

Mas no campo pragmático certamente uma das medidas mais radicais advinda das cortes em Lisboa foi o estabelecimento das Juntas provinciais Provisórias de Governo que, apesar de terem uma curta existência, entre os anos de 1821 e 1823, foram bastante intensas. Elas tiveram importância significativa para os desenvolvimentos políticos e institucionais no decorrer da Independência e da construção do Império do Brasil pois se estabeleceram a partir de princípios constitucionais e de representatividade política.

De igual forma foram o apoio para as rearticulações entre poderes locais e regionais dentro da nova organização espacial política das províncias. As Juntas Provinciais de Governo foram iniciadas em janeiro de 1821, foram ratificadas pelas cortes de Lisboa pelo decreto provisório nº 322, de 29 de setembro daquele ano o qual descrevia o sistema de governo e administração pública nas Províncias do Brasil e que seriam estendidas a todas as capitanias cuja denominação também mudaria para Província.

O decreto significava que haveria uma nova regulamentação e um novo ordenamento às Juntas que já haviam sido instituídas e para a formação das outras juntas e províncias no Brasil.²

Com isso as cortes passavam a legitimar e reconhecer as novas formas de governar. Visava-se com isso buscar a manutenção da adesão políticas ao império Luso-brasileiro, uma vez que havia o perigo de tendências políticas autônomas surgirem como uma possibilidade iminente (BARMAN, 1988).

Havia a possibilidade real de que o país estivesse prestes a presenciar uma ruptura entre as elites políticas regionais, pois dentre elas havia as que estavam em busca de maior autonomia, bem como havia casos em que essas elites estavam divididas entre as áreas de influência da Corte em Lisboa e com o regente no Rio de Janeiro (BERBEL, 1999; BERNARDES, 2006).

As cortes de Lisboa tentaram inibir os brasileiros de exercerem qualquer função pública, independentes os governos provinciais, e intimaram a D. Pedro que retornasse à Portugal. A ação acabou apressando a separação do país de Portugal, visto que a proclamação de 1 de agosto de 1822 era para mais que um indício dessa ruptura que chegaria com a proclamação de 7 de setembro daquele ano.

A evolução do processo de independência estaria ligada a uma conjuntura caracterizada pela complexidade das relações políticas, em sua maioria ligadas a perspectiva no Norte do Brasil e a questão da situação política que dominou Portugal entre agosto de 1820 e abril de 1823, sendo caracterizada por um forte radicalismo das práticas liberais e pela preponderância política das Cortes Constituintes no Estado.³

Dentro da tempestade política que estava se avolumando encontrava-se a população da província, cujos desígnios futuros estavam no horizonte dos múltiplos projetos arquitetados pelas cortes em Lisboa, que por fim levariam a pressões cada vez maiores com o intuito de Portugal salvar o que pudesse da sua colônia, nem que para isso pudesse agregar o Piauí ao Norte desse império.

O Piauí, com uma boa posição geográfica, ocupando uma porção do meio Norte do Brasil,⁴ era uma zona intermediária e que dependia de comunicação marítima e terrestre, havia sido constituída como Capitania independente somente em 1811, após ser separada do

² PORTUGAL, *Coleção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa desde a sua instalação em 26 de janeiro de 1821*. Parte I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822. p. 225-226.

³ Ver sobre o Vintismo e a relação com a Independência: (NEVES, 2003).

⁴ Região definida entre o atual norte do Brasil e o fim do Nordeste. Ver: (VESENTINI, 2012)

Maranhão, no entanto foi uma das províncias do Brasil que primeiro aderiu à Independência. Em grande medida ao fato de Parnaíba, em decorrência de sua posição litorânea, acabou se tornando o centro do movimento em prol da emancipação política, no Piauí.

A construção do processo de independência do Piauí oculta as idas e vindas da política local, entre laços de fidelidade dos diferentes grupos na província com Lisboa e com o Rio de Janeiro, e com as demais províncias. o Norte era mais forte o laço entre maranhão e grão Pará com Lisboa, ao contrário do Piauí, cuja distância dessa referência econômica era real e presente.

O Piauí, à época que antecedia a independência vivia uma relativa prosperidade econômica, (CHAVES, 1998, p. 264) indiretamente aproveitada da autonomia ainda concedida na época do Marques de Pombal, pois a capitania era ligada ao Maranhão, e com a criação da Companhia de Comercio da Grão Pará e Maranhão o Piauí, acabou tendo mais autonomia em relação ao Maranhão por decreto real de 1811. (D'ALENCASTRE, 1857)

Dom João VI, por reconhecer que a independência do Brasil seria inevitável, pretendia conservar o Norte do país como colônia portuguesa. Seria constituída pelo Piauí, Maranhão e Pará.

Para o Piauí foi nomeado por Carta Regia de 9 de dezembro de 1821 o major João José da Cunha Fidié, para atuar como governador das armas do Piauí (NEVES, 2007, p. 59), Fidié era uma experimentado militar combatente das guerras napoleônicas. Tomou posse do governo das Armas, da capitania do Piauí na capital Oeiras em 9 de agosto 1822 com a missão de fazer prevalecer as determinações das cortes Portuguesas para a manutenção do norte do Brasil junto a Coroa portuguesa.⁵

Nascido na freguesia de Santa Justa, em Lisboa, em 27 de agosto de 1788, João José da Cunha Fidié se tornou cadete do Real Exército Português em 1809 servindo no Regimento de Infantaria n.º 10. Durante as guerras napoleônicas participou da campanha peninsular contra as forças francesas que invadiram Portugal. Veio para o Brasil em 1817 servindo como tenente na guarnição de 1ª linha do Exército Português no Rio de Janeiro e como capitão do regimento de granadeiros em 1818.

Em 1821 as ideias de independência estavam se propagando em diversas partes do território, as cortes em Lisboa ordenaram que o Brasil jurasse à Constituição portuguesa, exercendo pressão através de Cartas Régias.

⁵ PIAUÍ, OFÍCIO de 10 de agosto de 1822, do major João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier. AHU-Piauí, cx. 24, doc. 35 AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1649.

Ao chegar no Piauí e se tornar comandante das armas da província do Piauí, estava preparado para fortalecer as posições de Portugal, ou garantir que a região permanecesse nas mãos de Portugal a qualquer custo. Segundo Fidié, d. João VI havia dado instruções e ordenado “[...] muito positivamente, que [ele se] mantivesse” (FIDIÉ, 2006, p. 160).

Em abril o governo Português havia se perojetado para o envio de armas para Oeiras, entre as quais 1.000 granadeiras que foram recebidas em dezembro de 1821.⁶ O armamento e a munição eram destinados a reforçar a guarnição da capital, o material havia chegado a Parnaíba antes do movimento, sendo recebido pelo coronel Simplício Dias da Silva que os expediu para a vila do Poti, de onde foram transportados para o porto de São Francisco na vila de Amarante e seguindo para a capital Oeiras. Equanto na capital, Fidié tratou de fortificar a sua autoridade.

As elites no Piauí marcariam presença independente da pressão externa vinda da Europa, de se decidir entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Os apoios se dividiram, a solução encontrada para romper os impasses acabou levando o Piauí à guerra no ano de 1823.

Com a nomeação do governador das armas para o Piauí major João José da Cunha Fidié, o governo português selava o destino pensado para o Piauí, de salvaguarda-lo para um projeto futuro de manter o norte do seu império colonial.

No Piauí os interesses regionais e as disputas locais prevaleceriam principalmente no pós-independência. Mas a guerra pela independência no Piauí traria a união de pelo menos dois grupos políticos bem definidos, e dentro do campo de batalha pelo qual os portugueses se defrontariam estaria claro o desafio que tiveram, algo que foi muito bem percebido pelo major João José da Cunha Fidié, ao afirmar que seria difícil “[...] fazer guerra em duas Províncias tão extensas, sem meios, nem tropas de confiança, com indivíduos do mesmo País, Patrícios, amigos e muitos até parentes dos revoltosos” (FIDIÉ, 2006, p. 124). Fidié se referia também ao Maranhão, onde contava com o principal apoio.

Projeto português para manter o Norte do Brasil

Sobre a ideia de salvaguardar o Norte do Brasil, há várias afirmações categóricas que evidenciam esse intento do estado português, como a correspondência de Felisberto Caldeira Brant datada de 5 de julho de 1822 enviada à José Bonifácio de Andrada, em que faz referência sobre um “desígnio do partido europeu”, de situar entre as províncias da Bahia e do Pará uma zona de adesão a Portugal (LIMA, 2019).

⁶ PIAUI, Independência 1822, Códice 001. 1821-1824. Arquivo Público do Estado do Piauí, APEPI, Teresina.

Em discurso junto as cortes, o Deputado Francisco Soares Franco em 21 de setembro de 1822, defendeu abertamente uma guerra contra o Brasil, para garantir que Portugal pudesse conservar algumas províncias do Norte em caso de separação, “[...] combatendo com honra, e com glória, conservaremos algumas províncias ao Norte do Brasil, pelo menos; faremos um comércio útil com as outras, se imperiosas circunstâncias as separarem, e o império português se conservará grande e florescente [...].”⁷

O historiador memorialista Joaquim Chaves observou sobre a possibilidade de Portugal manter o Norte do seu império no Brasil segundo o qual seria recriado “[...] o Estado do Maranhão, que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí” (CHAVES, 1998, p. 266). Diante dessa conjuntura ficavam claras as instruções no sentido de manter a região nas mãos de Portugal. As ordens a respeito disso haviam sido dadas a Fidié, Comandante das forças no Piauí; cabia a ele o desafio de comandar um exército profissional contra uma milícia de 2ª Linha, mas determinada a lutar pela independência.

Em outras palavras as províncias do Norte, entre as quais o Grão Para, Maranhão e Piauí, representavam um ponto de grande importância na estratégia portuguesa, o que se justificava pelo intenso fluxo comercial com Lisboa, os vultuosos investimentos aplicados desde a época do governo do marques de Pombal, com a criação da Companhia do Comercio do Grão Pará Maranhão. O desmembramento do Piauí da tutela do Maranhão, permitiu um súbito desenvolvimento da região, somado as capacidades de região parecia bastante lógico manter a região sobre o controle de Lisboa.

O Joaquim Chaves sustenta que a posição geográfica da Província despertava a atenção de Lisboa, pois, em nível estratégico, o Piauí teria muita importância nesse plano, pois era a base do projeto português de manutenção do Norte e Nordeste, do que restaria do Reino Unido que o Brasil constituía com Portugal naquele momento, separando-o do Centro-Sul que fatalmente se tornaria independente (CHAVES, 1998). De acordo com o autor, o Piauí permitia manter comunicações por terra com as províncias do Ceará, da Bahia e de Pernambuco.

Essa capacidade ficou clara durante a guerra de independência que já ocorria nas províncias vizinhas, o Piauí também representava uma excelente possibilidade estratégica para uma possível ação militar, através de ataques diretos as províncias o Ceara e a Bahia, algo que foi pensado pelo major João José da Cunha Fidié (FIDIE, 2006, p. 160).

⁷ PORTUGAL, Assembleia da República. Catálogos Gerais: Diário das Cortes Geraes Extraordinarias da Nação Portuguesa. Sessão de 21 de setembro, 1822. p. 694. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/043/1822-09-21/529>. Acessado em: 5 de dezembro de 2021.

De igual forma era o principal fornecedor de carnes para toda a região atingindo as regiões auríferas do Goiás, e do norte de Minas Gerais, dessa maneira, representava duas possibilidades, garantir a riqueza do rebanho a metrópole, e limitar a região de fronteira com o que viria a ser o império do Brasil (ARAÚJO, 2015, p. 31-33).

A região representava tanto para Portugal, que mesmo após a guerra de independência, ao se iniciar os tramites do processo de reconhecimento da independência, nas discussões novamente foi cogitada a entrega de toda a região com a inclusão do Amapá, (ANJOS, 2007, p. 199) ao governo português como uma forma de compensação a perda do Brasil.

Conclamação à independência na vila de Parnaíba

Com a Independência do Brasil, efetivamente proclamada em São Paulo em 7 de Setembro de 1822, em 30 de setembro a notícia chegou ao Piauí e, na Vila da Parnaíba, as elites política, judiciária e comercial daquela cidade, personificada nas figuras do Juiz de fora João Cândido de Deus e Silva, do coronel Simplício Dias da Silva, dos capitães de milícia Domingos Dias da Silva, Bernardo Antônio Saraiva, além de José Ferreira Meirelles, do escrivão Angelo da Costa Rosa, Bernardo de Freitas Caldas e do tenente Joaquim Timóteo de Brito e Leonardo Castelo Branco, em reunião junto a câmara, decretaram em 19 de outubro de 1822 a adesão da vila a independência, aclamando o príncipe D. Pedro como imperador do Brasil. (CHAVES, 1998, p. 271)

A cidade de Parnaíba, onde a família de Simplício Dias era muito influente, havia se tornado um dos principais focos de apoio à causa do Imperador, a sua proximidade ao Ceará, ajudaria muito na causa.

Simplício Dias da Silva nasceu na vila de Parnaíba em 2 de março de 1773, se tornou militar iniciando sua carreira como alferes de cavalaria da ordenança de Parnaíba em 7 de março de 1793, ascendendo ao posto de capitão ainda no mesmo ano. Fez serviço militar no regimento de guarnição do Maranhão.

Já em 1806 por nomeação do governador, se tornou comandante militar da vila de Parnaíba, três anos depois se tornou coronel comandante do regimento de Cavalaria miliciana, posto em que se reformou por decreto de 28 de setembro de 1821. Durante a guerra da Independência, Simplício Dias voltou ao serviço ativo e comandou o 2º Regimento de Cavalaria da mesma vila. Ele era uma figura controversa cuja imagem foi profundamente

retratada por dois viajantes que passaram pelo Piauí em épocas muito próximas, no início do século XIX.⁸

O coronel de Milícias Simplício Dias da Silva e o juiz de fora da vila, João Cândido de Deus e Silva, se tornariam as principais figuras pró-Independência na cidade. À medida que as notícias oriundas do Sul iam chegando, mais se intensificava o apoio a D. Pedro, muitas dessas notícias informavam sobre as medidas do Regente e de suas convocações. O Piauí foi a primeira das províncias do norte a aderir à independência, apenas 42 dias após o grito do Ipiranga.

Diante de uma ambiência favorável de conflito à chegada dessas notícias, conjugadas ao apoio que seria construído no Ceará, estabeleceram o caminho para o apoio piauiense à causa emancipacionista.

Ao tomar conhecimento do movimento, o major Cunha Fidié partiu de Oeiras com uma considerável força militar, numa tentativa de conter a aclamação em Parnaíba. Ele, ao chegar em Parnaíba, pretendia prender e se possível fazer prevalecer a justiça aos responsáveis pela traição a Portugal, mas não encontrou a quem castigar. (D'ALENCASTRE, 1857, p. 45)

Em 4 de dezembro de 1822 os parnaibanos, ao constatarem a aproximação de Fidié, fugiram para Granja, no Ceará, e daquela vila, Leonardo Castelo Branco e o juiz João de Deus enviaram uma solicitação de ajuda para a formação de um exército à junta do Ceará que a pouco tempo também havia declarado apoio a D. Pedro I., pois em comunicação com os insurretos daquela província, receberiam todo o apoio de que precisavam para levantar homens e armas para formar um exército rebelde (ARARIPE, 1885, p. 237.).

Conclamação da Independência em Oeiras e a batalha do Jenipapo em Campo Maior

A adesão do brigadeiro Manuel de Sousa Martins e seu grupo político à causa da independência teve sua origem na eleição da junta de governo ocorrida em 24 de outubro de 1821, da qual fazia parte e que não foi reconhecida pelo governo português.

Na nova junta eleita em 7 de abril de 1822, o seu nome foi excluído por seus adversários políticos.⁹ Da mesma forma, a nova junta confiou o posto de cmte. das armas ao

⁸ Sobre Simplício Dias ver: (KOSTER, 1942); (TOLLENARE, 1905)

⁹ PIAUÍ. Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao Presidente do Soberano e Augusto Congresso das Cortes, sobre as eleições feitas para a escolha dos membros da referida Junta e enviando os autos da nomeação. Em 19 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1632.

tenente coronel Joaquim de Sousa Martins, seu irmão. Na ocasião, a nova junta alegou que o brigadeiro, além de reformado, era tesoureiro geral da junta da fazenda.

Segundo Abdias Neves é muito provável que “Começou, daí, a sua desarmonia com o Governo e a ela se deve o ter ele abraçado, desde muito cedo, a causa do partido separatista e trabalhado com maior entusiasmo pela realização da Independência” (NEVES, 2006, p. 58), pois de certa maneira os seus contatos em razão de sua extensa rede familiar permitiram-no cooptar a todos para o “ódio à metrópole”.

Em 22 de dezembro de 1822, o general Labatut, comandante do exército imperial na Bahia, dirigiu ofício ao presidente e membros do governo provisório do Piauí convidando-os a aderir à causa da independência (CHAVES, 1998, p. 285).

Assim, em 24 de janeiro 1823, em Oeiras, aproveitando a ausência do major João José da Cunha Fidié, que havia se dirigido a Parnaíba a fim de sufocar o movimento independentista ocorrido naquela vila, o brigadeiro iniciou uma sublevação da guarnição na capital, auxiliado pelo mesmo tenente, o coronel Joaquim de Sousa Martins. Tomou parte na ação o capitão Inácio Francisco de Araújo Costa, que exercia o comando do corpo de polícia.

Faziam parte do grupo rebelde seus filhos, o tenente coronel Raimundo de Sousa Martins e o capitão José de Sousa Martins, além de seus sobrinhos, o major Manuel Clementino de Sousa Martins e o tenente José Martins de Sousa. Para além do seu núcleo familiar constava ainda, os tenente-coronéis Manuel Pinheiro de Miranda Osório e Miguel de Araújo Costa, todos do 1º regimento de cavalaria auxiliar, além dos oficiais o major Bernardo Antônio Saraiva e o tenente Honorato José de Moraes Rego, (BRANDÃO, 2006, p. 149) simpatizantes da independência, também estavam no grupo.

Os insurreitos saíram da casa do brigadeiro pela madrugada às 2 horas do dia 24, e por volta das 4 horas todo o plano já havia sido executado, as tropas do 1º regimento de cavalaria estavam rebeladas e rapidamente assaltaram o quartel do batalhão de infantaria de 1ª linha, sendo presos o capitão Agostinho Pires e o alferes Dâmaso Pinto da Veiga, que eram portugueses. Foi ocupada a Casa da Pólvora. Pela manhã, os irmãos Sousa Martins, à frente da tropa formada, declararam apoio à independência e proclamam imperador o príncipe Dom Pedro.¹⁰

Constituída a junta provisória de governo, sob a presidência do brigadeiro Manuel de Sousa Martins, tendo como secretário Manuel Pinheiro de Miranda Osório e o comandante das armas tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins.

¹⁰ PIAUÍ, Ofício da Junta Governativa do Piauí, aos oficiais da Câmara da Vila de Parnaíba, sobre o reconhecimento do governo de D. Pedro de Alcântara, e a instalação do novo Governo na Província do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1677. Em 25 de janeiro de 1823.

Fidié na ocasião recebeu então um comunicado que em 24 de janeiro de 1823 havia acontecido o mesmo em Oeiras pelas mãos de Manoel de Sousa Martins, membro da elite senhorial do Piauí, fazendo-o retornar imediatamente a fim de sufocar a ação na capital, para tanto informou ao secretário Candido José Xavier sobre ter convocado um Conselho Militar que deliberou para que ele abandonasse a vila de Parnaíba e marchasse contra os insurrectos para recuperar a cidade de Oeiras, ao tempo em deveria ocupar Campo Maior, e realizar outras diligências para restabelecer o governo português.¹¹

Com o exército rebelde tendo sido formado no Ceará, este foi dividido em três colunas de invasão ao Piauí engrossadas por tropas cearenses e piauienses, compostas de 600 combatentes, que invadiram o Norte da Província do Piauí em duas colunas: a primeira chefiada por Leonardo de Carvalho Castelo Branco, que chegou à vila de Piracuruca, onde proclamou em 22 de janeiro de 1823 a independência. Em seguida Leonardo Castelo Branco seguiu para a vila de Campo Maior.

Na sequencia seguiu para o Maranhão quando foi capturado e enviado a São Luis do Maranhão ficando preso na fortaleza de Santo Antonio da Barra, e logo em seguida sendo enviado a Portugal, sendo solto somente quando do fim das hostilidades.¹²

O comandante da 2ª coluna era Luís Rodrigues Chaves que também chegou a Piracuruca, já ciente de que poderia encontrar o major Cunha Fidié a qualquer momento, pois este retornava de Parnaíba. Após saber da proclamação em Oeiras, o capitão Luis Rodrigues deixou um de seus comandados, o sargento José Francisco de Sousa e enviou o comandante João da Costa Alecrim para o Estanhado na vila de União às margens do rio Parnaíba, onde deveria procurar reforços. (CHAVES, 1998, p. 293)

Ao se aproximar da vila de Campo Maior, Fidié e suas tropas se depararam com uma coluna do exército libertador comandados pelo capitão Luis Chaves. No dia 13 de março de 1823 as forças travaram próximo ao riacho Jenipapo uma das mais importantes batalhas da Guerra de independência no norte do Brasil.

A batalha do Jenipapo resultou na derrota das tropas do capitão Chaves em razão da organização e do maior poder de fogo das tropas portuguesas. Porém, durante os combates, parte do material das tropas portuguesas incluindo as ordens de comando, os despachos e uma quantidade razoável de dinheiro caiu nas mãos de milicianos das forças libertadoras, que

¹¹ PIAUÍ, Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier. Em 5 de março de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1683.

¹² PORTUGAL, Ordem régia e certidão de prisão em que é réu Leonardo de Carvalho Castelo Branco e autora a justiça. Feitos Findos, Processos-Crime, Letra L, mç. 4, n.º 1, cx. 9, CCRC Correição Crime da Corte 1754/1833, ANTT.

estavam sob comando do capitão Alexandre Neri Pereira Nereu (BRANDÃO, 2006, p. 184). Sem ter como perseguir as tropas brasileiras, os portugueses ocuparam uma fazenda próxima à vila de Campo Maior.

Fidié recuou até a localidade do Estanhado, atravessou o rio Parnaíba e se dirigiu com a sua tropa até à vila de Aldeias Altas, atualmente cidade de Caxias no Maranhão. Posteriormente acabou cercado pelas tropas libertadoras do Piauí, Maranhão e Ceará, vindo a se render. Cunha Fidié foi mantido prisioneiro pela junta governativa provisória do Maranhão sendo enviado a Salvador e ao Rio de Janeiro, retornando a Portugal, onde foi recebido como herói.

A organização da junta do Piauí e a formação de forças combatentes

Sem ter consciencia do que havia acontecido uma batalha proximo a vila de Campo Maior, em Oeiras foram iniciados os preparativos para a guerra, pois prevendo complicações a junta abriu alistamento com voluntários de todas as vilas e distritos com a convocação de homens para a formação de um exército para fazer frente às forças portuguesas comandadas. (NEVES, 2006, p. 111)

Naquele momento a ação agregadora do presidente da junta do Piauí foi crucial, compreender o seu espaço e a sua realidade é de suma importância. Manoel de Sousa Martins, nasceu em 08 de dezembro de 1767 na fazenda Serra Vermelha, naquela época no município de Oeiras, atualmente no município de Paulistana. Ele era filho do português Manoel de Sousa Martins e de Ana Rodrigues de Santana. (FREITAS, 2015. p. 35.)

Ficou órfão de pai aos dezesseis anos, e acabou assumindo a responsabilidade de auxiliar a sua mãe na administração da fazenda e na criação de seus irmãos mais novos, por força das atividades tornou-se vaqueiro hábil e negociante aplicado no trato do comércio de gado de sua família que realizava na Bahia. Sua vida foi marcada pelo trabalho no sertão piauiense, o que de alguma forma seria responsável pelo seu amadurecimento. (FREITAS, 2015. p. 35-36.)

A violência no cotidiano piauiense tornou-se característica na conquista do território, meio em que Manoel de Sousa Martins se tornou habituado.

Para Tanya Brandão, a perspectiva da sociedade Piauiense colonial pode ser caracterizada pelo traço da violência, pois:

De acordo com as fontes históricas, durante os séculos XVII e XVIII, distinguiu-se a sociedade por seu aspecto violento. É evidente que a agressividade da população

resultou do processo colonizador. Na primeira fase, quando se iniciou o povoamento da região, foi exigido dos conquistadores não apenas espírito aventureiro, mas a coragem e a audácia suficientes para dominar a natureza hostil, afugentar o índio bravo, relutante e acostumar a galaria aos novos pastos. A própria luta pela sobrevivência e garantia de terra conquistada teve caráter violento (BRANDÃO, 1999, p. 89).

Manoel de Sousa Martins entrou na carreira das armas como soldado e rapidamente foi ascendendo, passando a furriel da 2ª Companhia do regimento de Cavalaria de Milícias de Oeiras, comandada na época pelo coronel Luis Carlos Pereira de Abreu Bacelar.

Em 1804 foi promovido a Alferes e continuamente foi galgando as graduações seguintes. Em 1812 já era coronel agregado, posto em que foi efetivado em 1815. Na sequência foi promovido a brigadeiro, quando em 1820 reformou-se sem soldo, aos 53 anos de idade a pedido. Mas nunca deixou a política, atividade que dividia com as atividades militares. O núcleo familiar de Sousa Martins era de potentados do sertão, e particularmente podem ser compreendidos a partir do que Boxer nos fala:

Os grandes proprietários, quer se tratasse de senhores de engenho, de criadores de gado [...], mostravam-se cada vez mais ávidos de títulos, honras e postos militares, tanto pelos motivos de poder como de prestígio. Os governadores coloniais tinham perfeita consciência desse fato e lembraram muitas vezes à coroa de que a distribuição judiciosa de postos de títulos militares era o processo melhor e mais barato de assegurar aquilo que de outro modo seria devido à lealdade duvidosa dos poderosos do sertão. [...] (BOXER, 1969, p. 296).

Manoel de Sousa Martins teve a habilidade de articular com os fazendeiros, que eram homens de posição social e econômica, desdobrou-se nas medidas que iam se amoldando à situação política, além de agir com habilidade junto aos membros da Junta Governativa da qual já tinha sido membro. Sousa Martins procurou animar os incrédulos que estavam reticentes a ruptura com Portugal, conclamando os compadres, parentes, amigos lavradores e elementos de prestígio do município.

Para a formação do exército que enfrentaria os portugueses, cuidou da arregimentação de homens das vilas de Crato, e de Icó no Ceará para virem lutar no Piauí, estando o pagamento por responsabilidade do Governo Imperial. Expediu ordens e pedidos a grandes distâncias para conseguir animais e peões das fazendas, e como militar conseguiu a adesão da maior parte das tropas aquarteladas na capital, Oeiras.

Para o historiador memorialista Buggy Brito, sobre o processo de adesão à independência, ele não foi nem covarde nem traidor, pois não teve medo, em segundo lugar

porque se tratava de um movimento revolucionário, feito em favor do Brasil (BRITO, 1978, p. 186).

A constituição de forças para conter a ação dos portugueses na província dependeria de uma confluência de interesses que envolveria também a constituição de um exército. Era indiscutível, entretanto, que as forças terrestres se distinguiram sempre como corpos de tropas formadas de brasileiros ou de portugueses residentes no Brasil e que teriam inclinações com a causa de independência do país.

Nos anos de 1820 a 1823, tomando o período do processo de independência, todos os nativos válidos e livres, sem exceção de classe alguma, estavam obrigados ao serviço militar efetivo. As forças de terra, em 1822, compunham-se do Exército de Linha 1ª linha que representava a força permanente e profissional, as Milícias que eram as tropas de 2ª linha, cujos integrantes realizavam instruções periódicas e conciliavam o serviço militar com as atividades civis.¹³

Tais forças tornaram-se praticamente permanentes em suas municipalidades pois assumiram a atividade de guarnição local. Essas forças é que tiveram relevante papel na constituição do exército rebelde no Piauí que, com os laços de fidelidade aos senhores locais, representava um contingente considerável dado o número elevado de seus soldados. Havia ainda as tropas de Ordenanças, que eram equivalentes a guardas territoriais ou policiais, cujo emprego militar se daria em casos de extrema urgência.¹⁴

No comando desses homens encontravam-se lideranças como Simplicio Dias, Leonardo Castelo Branco e Manoel de Sousa Martins, que no entendimento de Brandão são tidos como grupos de homens resolutos, congregados por chefes hábeis, que desempenharam nobre missão na defesa e implantação das ideias libertárias (BRANDÃO, 2006, p. 166).

Wilson Brandão observou ainda que,

[...] as tropas resultantes desse amálgama não têm grandes exigências a fazer. Combatem com quaisquer armas. E até inermes, desde que persuasivamente conduzidas. Sugestionáveis ao extremo, inflamam-se com facilidade. Corajosas, vão além de audácia normal. Raiam pela imprudência e pela temeridade. A fúria com que afrontam o inimigo lembra o primitivismo das hordas bárbaras (2006, p. 166-167).

Mas dentro desse percurso, se faz necessário entender quem eram os componentes dessas elites, e como elas se converteriam em um projeto comum a favor da independência,

¹³ Sobre a estrutura do exército português a época da independência do Brasil, ver: (CRUZ, 2020)

¹⁴ Sobre a constituição e organização de forças militares no período anterior à independência ver: (MELLO, 2009)

como se organizaram e quais eram suas convergências em torno de um projeto comum. Nesse processo, dois homens em particular se destacariam, ao tempo em que representavam estereótipos diferenciados, visões de mundo diferentes, advindos de realidades bastante diversificadas.

Se num dado momento haveria convergência, após 1823 ela deixaria de existir. Rapidamente se dispersou com o projeto de centralização de D. Pedro I, e com a participação do Piauí no fracassado projeto da confederação do Equador.

Os sujeitos da independência no Piauí

Os sujeitos que tomaram parte nessa história tinham diferentes origens, mas em linhas gerais respondem a uma forma dominante de elite social, tanto o coronel Simplício Dias da Silva, que aclamou a independência em Parnaíba, se tornando o primeiro local a aderir a independência no Piauí, quanto o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que teria uma chave na proclamação que levou a adesão da junta governativa em Oeiras à independência.

Dentro do conjunto de situações que se desenharam no Piauí naquele momento, as decisões tomadas por Manoel de Sousa Martins convergiram a favor do processo que havia sido iniciado em Parnaíba no fim de 1822. Com o deslocamento do major Cunha Fidié até a vila para sufocar o movimento liderado por Simplício Dias, abriu-se espaço para a aclamação na própria capital, mas o embate principal, a batalha do Jenipapo, se deu exatamente quando Cunha Fidié já retornava à Oeiras a fim de enfrentar Manoel de Sousa Martins.

Se no Sul a independência foi aclamação, no Norte houve derramamento de sangue. A batalha ocorrida próximo à vila de Campo Maior às margens do Jenipapo decidiram a unidade brasileira (COSTA, 1974, p. 361).

Com a independência conquistada no Piauí, teoricamente o coronel Simplício Dias da Silva seria o primeiro presidente da Província nomeado por D. Pedro I. Com a demora em tomar posse, e em grande medida com o próprio distanciamento de Simplício da égide do Imperador Manoel de Sousa Martins, que havia assumido o comando da Província, continuou à frente da administração como presidente de província temporário, eleito em 19 de setembro de 1824, sendo posteriormente nomeado como presidente efetivo por carta imperial de 1º de dezembro do mesmo ano. A nomeação de Manoel de Sousa Martins seria vitória da centralização imperial no Piauí pós 1824 e das fraturas na construção da nacionalidade na região.¹⁵

¹⁵ Manoel de Sousa Martins governaria o Piauí por longos 30 anos, e enfrentaria a Balaiada, ver: (DIAS, 2002).

Os caminhos percorridos por Simplício Dias, Leonardo Castelo Branco e João de Deus seriam apostos ao de Sousa Martins à elite no Piauí que havia aderido à independência e fraturam-se com a proposta de federalização e republicanismo da sedição pernambucana com a confederação do equador.

Conclusão

Quando as elites políticas no Piauí optaram por apoiar o novo império que estava nascendo, embora tais grupos em essência tivessem tendências e formas de pensar muito diferentes, acabaram convergindo para o mesmo propósito. Forças tão díspares, que mesmo com a vitória sobre os portugueses na dura campanha que se arrastou até o Maranhão e o cerco ao oficial português João José da Cunha Fidié, não conseguiram manter-se unificados. Simplício Dias, após a consolidação do processo de independência, apesar de toda a sua visão ilustrada e seu liberalismo adaptado à realidade que havia construído em Parnaíba, o seu pragmatismo político prevaleceria mais uma vez.

Envolto nas dificuldades de lidar com o autoritarismo do Imperador, apesar de sua nomeação para presidência da província, acabaria por declinar, abrindo espaço para Manoel de Sousa Martins, que estava mais afinado a práticas políticas mais rígidas e menos afeitas a princípios liberais. Manoel de Sousa Martins representaria o conservadorismo e a centralização que seria buscada por D. Pedro I, e conseguiria, tanto que o seu governo duraria longos trinta anos.

Os outros atores teriam caminhos diferentes, mas as formas mais autoritárias de Sousa Martins prevaleceram. Restou para a história avaliar que, independentemente dos caminhos que as elites tomaram no pós-consolidação, durante o crítico momento da construção da independência elas estiveram juntas, afastando um perigo real, a consolidação do processo de independência no Norte do Brasil.

As forças portuguesas estacionadas na província representaram a possibilidade de ruptura do jovem império que nascia. Como os desígnios do processo eram desconhecidos, pois dependiam de vários fatores, o desenvolvimento certamente levaria ao que aconteceu no Maranhão, com a chegada do Lord Thomas Cochrane, mas certamente forças fiéis ao imperador teriam uma campanha maior para enfrentar. O sacrifício dos combatentes piauienses que se defrontaram com o Exército português nas vilas de Piracuruca e Campo Maior tornou decisiva a evacuação de Fidié do Piauí, levando-o a Caxias no Maranhão e finalmente o cerco às suas forças e a sua capitulação.

A convergência da elite piauiense e a consciência da formação de um exército que pudesse dar combate aos portugueses foi um elemento decisivo para a vitória do império brasileiro sobre os portugueses, mas foi também a consciência política em torno de um ideal que contribuiu para a construção do Império na província do Piauí no distante Meio Norte do Brasil em 1823.

Referencias

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. v. 33 n. 2 (2015): Jul-Dez. Dossiê: nação, cidadania, insurgências e práticas políticas, 1817-1848 - Parte 2.

ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BARMAN, Roderick. *Brazil: The forging of a Nation-1798-1852*. Stanford: Stanford University Pres, 1988.

BERBEL, Márcia, *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*, São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, Denis. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *O Escravo da Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII*. Teresina: Ed. UFPI. 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRITTO, Bugyja. *Quatro escorços biográficos*. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1978.

CHAVES, Joaquim. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí - Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

CRUZ, Miguel Dantas da The Portuguese Army in Late-Eighteenth Century Brazil: A Colonial Elite or a Metropolitan Force? *War & Society*, 39:4, 2020, 234-255.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. "Memoria chronologica, histórica e corographica da Provincia do Piauhy". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para Proclamação da Independência nacional”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVIII, Parte I, 1885.

FIDIÉ, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006.

FREITAS, Esmaragdo de. *Homens e Episódios*. 2.ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

PIAUI, Independência 1822, Códice 001. 1821-1824. Arquivo Público do Estado do Piauí, APEPI, Teresina.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, Oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. Brasília: FUNAG, 2019.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4ª Ed. Teresina: FUNDABI, 2006.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

PORTUGAL, Assembleia da República. Catálogos Gerais: Diário das Cortes Geraes Extraordinarias da Nação Portuguesa. Sessão de 21 de setembro, 1822. p. 694. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/043/1822-09-21/529>. Acessado em: 5 de dezembro de 2021.

PORTUGAL, *Coleção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa desde a sua instalação em 26 de janeiro de 1821*. Parte I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

PORTUGAL, Ordem régia e certidão de prisão em que é réu Leonardo de Carvalho Castelo Branco e autora a justiça. Feitos Findos, Processos-Crime, Letra L, mç. 4, n.º 1, cx. 9, CCRC Correição Crime da Corte 1754/1833, ANTT

PIAUI. Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao Presidente do Soberano e Augusto Congresso das Cortes, sobre as eleições feitas para a escolha dos membros da referida Junta e enviando os autos da nomeação. Em 19 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1632.

PIAUÍ, Ofício de 10 de agosto de 1822, do major João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre a sua tomada de posse do governo das Armas, da capitania do Piauí. AHU-Piauí, cx. 24, doc. 35 AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1649.

PIAUÍ, Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier. Em 5 de março de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1683.

PIAUÍ, Ofício da Junta Governativa do Piauí, aos oficiais da Câmara da Vila de Parnaíba, sobre o reconhecimento do governo de D. Pedro de Alcântara, e a instalação do novo Governo na Província do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1677. Em 25 de janeiro de 1823.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicaes Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818*. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

VESENTINI, José William “O conceito de região em três registros. Exemplificando com o Nordeste brasileiro”, *Confins* [En ligne], 14 | 2012, mis en ligne le 19 mars 2012, Disponible em: <http://journals.openedition.org/confins/7377>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.7377> Acessado em 28 janeiro de 2022.